



**HAL**  
open science

## Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação ?

Fabienne Wateau

► **To cite this version:**

Fabienne Wateau. Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação ?. in T. S. Cuesta y X. X. Neira (Eds.). Auga e sustentabilidade. Enfoques para unha nova política de augas., Universidade de Santiago de Compostela, pp.11- 15, 2008. halshs-00510022

**HAL Id: halshs-00510022**

**<https://shs.hal.science/halshs-00510022>**

Submitted on 17 Aug 2010

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

---

Paru dans : T. S. Cuesta y X. X. Neira, 2008, *Água e sustentabilidade. Enfoques para unha nova política de augas*, Lugo, Universidade de Santiago de Compostela : 11- 15.

---

## **Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação ?**

Fabienne WATEAU, CNRS

**Resumo :** No contexto da construção recente (2002) da barragem do Alqueva, no Sudeste de Portugal, reuniram-se actores políticos e populações rurais para decidirem em conjunto do futuro da única aldeia que ia desaparecer por baixo da água. Para além dos conflitos e tensões, as reuniões de concertação com a população desembocaram sobre acordos vários, como a reconstrução de uma aldeia nova, a modernização da agricultura e o desenvolvimento do turismo. O artigo avalia os efeitos concretos desses acordos, dando particular enfoque antropológico ao discurso local. Trata-se de uma reflexão sobre o acesso à informação, à comunicação social e à mobilização de cidadania.

Fabienne Wateau é antropóloga e autora do livro *Conflitos e Água de Rega. Ensaio sobre a organização social no vale de Melgaço*, Ed. Dom Quixote, Coleção Portugal de Perto nº39, Lisboa, 2000, 294 p. Trabalha sobre as questões de água e de fronteiras em Portugal, tanto relacionadas com conflitos de rega, como ligadas à construção de barragens que impliquem deslocação de populações. Para além de investigadora do CNRS é, igualmente, professora na Universidade de Paris X-Nanterre em Paris (França)

## BARRAGEM E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM ALQUEVA. EXEMPLO PORTUGUÊS DE CONCERTAÇÃO ?

### O contexto histórico-político

A barragem de Alqueva foi inaugurada no dia 8 de Fevereiro de 2002. Concebida para reter grandes quantidades de água numa região árida sofrendo de desertificação física e humana (Drain, 1996), também foi pensada para criar um centro atractivo que retivesse as populações e atraísse os investidores económicos (Wateau, 2003 ; Guichard, 2003). Com efeito, o Alentejo que representa um terço do território nacional apenas contem hoje 5% da população de Portugal. Trata-se de uma região envelhecida que, apesar de ter sido o « celeiro de Portugal » nos anos da ditadura salazarista (1933-1974) e apresentar actualmente grandes possibilidades em termo de exploração turística, permanece afastada quer de Lisboa, a capital, quer do Algarve, a grande região sul de turismo.

A história da grande barragem começa nos anos 1920, quando os primeiros engenheiros procedem ao levantamento dos dados de terreno, e confirma-se em 1958, na ocasião do Plano de Rega do Alentejo. A decisão de construção é assinada em 1968 pelos então ditadores de Espanha e Portugal, Franco e Salazar, no âmbito de um acordo bilateral visando uma melhor gestão e planificação das águas da Península Ibérica. No entanto, essencialmente por razões políticas, sociais e ambientais, mas também dúvidas da sua pertinência económica (Daveau, 1977), as obras acabaram por ser suspensas inúmeras vezes.

Em 1993, e logo a seguir em 1995, durante a campanha eleitoral pela Presidência da República, a promessa de construção do Alqueva é retomada e a obra que arranca de novo desembocará, com a ajuda financeira da Europa<sup>1</sup> conseguida em 1997, no fecho efectivo das comportas em 2002. Os destinos vários da barragem (rega, electricidade, abastecimento de água, espaço de lazer, etc.) foram regularmente modificados ao longo dos anos : o principal resultado acabou por ser hoje a constituição duma « reserva estratégica de água » e a formação da maior albufeira da Europa (com 250 km<sup>2</sup>, o que representa quatro vezes a área da cidade de Lisboa). Alqueva continua a ser associada ao velho mito da água regeneradora, como também a um certo prestígio e poder de representação para o país. Deve servir para o desenvolvimento sustentável da região e para o renascer da esperança e da felicidade do povo. Alias, foi assim defendida pela empresa que a construiu : « O dia de Alqueva é para o Alentejo o dia em que nasceu o seu futuro »<sup>2</sup>. Ou como o dizia a Ministra do Planeamento em 2000: «este projecto não se destina apenas à agricultura, ao turismo, à produção de energia eléctrica ou ao abastecimento público... Trata-se de um projecto alargado nos seus objectivos e que se destina a beneficiar uma vasta região do Alentejo »<sup>3</sup>.

À escala internacional, foi desde o Fórum de Rio de Janeiro de 1992, que passou a ser exigida a implicação das populações nos processos de decisões políticas. A participação pública torna-se condição necessária para o desenvolvimento sustentável da planeta. Aparece como um dos eixos fortes da Directiva-Quadro da Água de 2000, que visa estabelecer um quadro comunitário para a protecção das águas. Alqueva não fugiu à regra e talvez seja na Península Ibérica o primeiro caso concreto de aplicação possível dessa directiva de participação pública.

---

<sup>1</sup> A União Europeia financiaria a metade da construção e dois terços do sistema global de rega (Vergès, 2004)

<sup>2</sup> *Boletim de Informação da EDIA*, Junho-Julho de 2003

<sup>3</sup> *Alqueva folha informativa*, EDIA, n°1-ano 2000

## Os actores

Nesta paisagem socio-política que envolve o projecto global da barragem de Alqueva, vários actores entraram em contacto : os dirigentes do país e outros responsáveis das políticas de âmbito nacional ; a empresa construtora da barragem e das infra-estruturas associadas e, também, as suas empresas contratadas para realizarem tarefas específicas ; as vilas e as aldeias imediatamente afectadas pela obra e albufeira ; e em particular as populações das aldeias da Luz-Mourão e da Estrela ; os *média* e forasteiros ; os ecologistas.

A grande barragem de Alqueva serviu todos os partidos políticos no poder, tanto de direita como de esquerda, sucessivamente. Nunca houve contestação por partes deles ; todos queriam a sua realização, como se fosse algo inquestionável. Agora que está realizada, também não se sabe muito bem o que há que fazer dela. Claro que os destinos são numerosos e que a água será utilizada, mas em Agosto de 2004 ainda se lia na imprensa que o “Governo vai precisar de mais cinco anos para saber o destino do Alqueva”<sup>4</sup> ou ainda, nesse Julho tão seco de 2005, que a hipótese de vender a água aos Espanhóis era pensada. Os políticos são os primeiros actores desta construção, decidida noutros tempos e acompanhada até hoje sem grandes tomadas de posição. « No plano nacional, todos estavam de acordo – explica Josep Vergès –, a decisão de construção foi feita sem participação, nem à escala nacional, nem sequer a Bruxelas. Só o custo total pode ter levantado umas reticências » (Vergès, 2004).

A segunda entidade do panorama é a Empresa de Desenvolvimento das Infra-estruturas do Alqueva, a EDIA, empresa de fundos públicos criada pelo Governo para realizar o projecto global Alqueva. A EDIA, que funciona desde 1995, não só teve de pensar e mandar construir a barragem, como também de gerir o futuro de cada uma das aldeias e vilas envolvidas no processo, prever, organizar e realizar o programa de rega, o de electricidade, o de turismo da albufeira e da região, etc. A EDIA é uma empresa de tipo tentacular, poderosa, que trata de tudo e subcontrata por via de concurso público internacional, divulgado na imprensa, as empresas especializadas responsáveis pelas obras. Também subvencionou grandes pesquisas arqueológicas e um estudo etnográfico. Novo centro de poder regional, aparece como o intermediário privilegiado entre o Governo, a região - nas suas numerosas expressões (centros locais de poder como as câmara e junta de freguesia ; agricultores, empresas públicas e privadas ; etc.) -, a Europa e as populações. À escala regional, abrange os domínios das águas, da agricultura, do ambiente, das energias alternativas, das inovações tecnológicas e do turismo, sendo a dimensão sociológica provavelmente a menos representada.

As vilas e aldeias que rodeiam a nova albufeira, tanto do lado português como do lado espanhol (são 18 distribuídas em 11 concelhos cujo um só é espanhol), constituem outro tipo de actores. Confrontadas com as políticas globais que decidiram modificar a paisagem e o perfil económico do Alentejo, foram esperando muitos anos a mudança tão prometida. Estão hoje inseridas num programa de valorização patrimonial e de desenvolvimento turístico em espaço rural. Designadas pelo termo “Aldeias Ribeirinhas”, também recebem ajudas técnicas e logísticas para preservar e melhorar a capacidade de acolhimento local. “Deverão, por um lado, funcionar como infra-estrutura de apoio à dinamização de oferta turística e, por outro, deverão ser destinatários do potencial de desenvolvimento do lago”<sup>5</sup>. Favoráveis à mudança, quase com unanimidade, comportam-se de maneira positiva e optimista em relação ao projecto – mesmo se as queixas relativas aos atrasos se podem ouvir facilmente.

Para a Aldeia de Luz, a única aldeia que sofreu uma deslocação por se situar abaixo do nível da albufeira uma vez cheia, a situação foi um pouco diferente. Obviamente, foi neste espaço que mais se falou, na medida em que havia que explicar e encontrar soluções com a população. A velha aldeia da Luz, que só contava 380 pessoas e um pouco mais de 200 casas, foi inteiramente derrubada. Por razões ecológicas dizia a EDIA, mas também por razões psicológicas lembra-nos

---

<sup>4</sup> *Público*, 20/08/2004. Ou ainda que « vai ser repensada o futuro de Alqueva » (*Expresso*, 21/08/2004)

<sup>5</sup> *Gestalqueva*, 2005.

a história dos dramas associados às barragens, não se deixou nada por baixo da água que possa aparecer de novo com as oscilações da albufeira. Uma nova aldeia foi construída há 3 quilómetros de distância e toda a sua população mudou para esta durante o Verão de 2002. Também foram trasladados o cemitério e a igreja matriz, as imagens e as infra-estruturas colectivas. A Aldeia da Luz representa um dos focos principais desta obra, sendo o custo da sua reconstrução bastante elevado e a gestão do processo delicada.

Entre os actores activos, destacam-se os jornalistas e a imprensa em geral. O evento foi muito comentado e interpretado, a todas as escalas (do local ao internacional), fazendo da obra um assunto quase quotidiano nos anos 2001 e 2002, orientando a opinião pública, animando o debate. A imprensa, claro, desempenhou um papel importante de divulgação da informação, mas, ass vezes, igualmente de manipulação de dados. Também numerosos forasteiros participaram na vida da barragem do Alqueva, e na vida do povo da Aldeia da Luz em particular. Durante três anos, quase sem parar, vieram milhares de pessoas visitar a “aldeia que ia desaparecer por baixo das águas”. Foi necessário mandar vir guardas e polícias, instalar circuitos e placas para o transito dos veículos, prever parques de estacionamento para os autocarros. Uma vez construídas, a barragem e a aldeia já não mobilizam tanto a imprensa e os forasteiros, mas as visitas organizadas e guiadas continuam a sair de autocarros para uma volta ao Alentejo.

Enfim, há que mencionar a participação dos ecologistas, portugueses e espanhóis, que denunciaram o gigantismo da barragem. Não se posicionaram contra a construção da barragem, mas sim contra a enormidade do projecto, que ia afundar milhares de terras e de árvores. Houve vários tempos de contestação : inicialmente, propondo uma série de barragens pequenas em vez da actual ; depois, defendendo as colónias de animais e plantas mais ou menos raras da região (cegonha preta, tartaruga, gato selvagem, morcego, *narcissus cavanillesi*, etc.); também sensibilizaram o público para a existência de numerosas pinturas rupestres ; e, enfim, defenderam a cota 139 em vez da cota 152 prevista. Esta última reivindicação talvez tivesse sido a mais importante. Também a mais recente. Tratava-se de impedir a destruição de milhares de árvores, limitando a extensão da albufeira a uma cota mais baixa mas suficiente para os objectivos económicos anunciados. Mas o tamanho da albufeira, o maior da Europa, também fazia sentido em termos políticos. Obviamente, não se quis impedir a criação de um produto nacional que também tinha representação fora de Portugal. O orgulho do país estava em jogo, numa relação de dependência hídrica com a vizinha Espanha, da qual Portugal recebe 50% da suas águas fluviais, mas também numa preocupação de representação e de reconhecimento para com o resto da Europa. Portugal é um país pequeno, hoje com dificuldades socio-económicas severas, mas já foi grande - como gosta de afirmar. Nunca se esquece do seu passado glorioso de conquistador do Mundo, misturando o orgulho e as saudades.

## **Reuniões, conflitos e concertação**

No país, e nessa região em particular, no Alentejo, onde a ditadura salazarista ainda se encontra marcada nos corpos e nas memórias<sup>6</sup> tendo instaurado hierarquias e lugares definidos para cada um, “participar” apresenta-se como um uso e um direito ainda por definir, adquirir e defender. As reuniões de consulta começaram em 1981. Um grupo de homens da Aldeia da Luz decidiu que o Estado devia reagir não em termos de compensação financeira, mas sim em termos de compensação de “bens por bens” (Bandeira *in* Martínez, 2004 : 362). Em 1993, os Luzenses acrescentavam que queriam ficar juntos e nas terras do município, “na medida do possível” (Saraiva, 2003 : 107). Em 1996, entre a construção dum dique que evitava a deslocação do povoado e a construção de uma aldeia nova noutras terras, escolhiam a segunda possibilidade

---

<sup>6</sup> Acaba-se em 1974 com a Revolução dos Cravos. A democracia tem apenas 30 anos, o que é pouco.

com medo que rebentasse o dique<sup>7</sup>. Durante o Verão de 2002, todos se mudavam para a aldeia nova, com algumas lágrimas e resistências – mas essas últimas, na maior parte dos casos, resolveram-se com o dinheiro que a EDIA ainda podia disponibilizar.

A partir de 1995, as reuniões com a EDIA, no seio da aldeia, visavam explicar ao povo o desenrolar do processo todo, da medição das suas casas velhas à mudança e instalação nas casas novas. Foi então proibido qualquer obra na casa velha (nem pinturas, nem arranjos, nem acréscimos de prédio, claro), o que iria ajudar à degradação mais rápida da velha aldeia e facilitar o processo psicológico de mudança. Os Luzenses, convocados por grupos de mesma condição social, iam escolher o chão da futura casa, de marmonite ou de xisto, a cor das portas e janelas, a configuração geral da casa, tentando perceber os mapas dos arquitectos e os argumentos dos membros da EDIA que também escolhiam para eles. Mas o povo começou verdadeiramente a perceber e acreditar na mudança quando surgiram da terra as casas novas, a partir de 1999. Lá ia visitar a nova aldeia em obra durante os fins de semana, medindo as paredes para saber onde colocar os seus móveis, visitando a casa do vizinho por curiosidade e também para verificar se ele não tinha mais que previsto, e tentava imaginar-se naquele sítio num futuro que se aproximava.

Talvez tivesse sido a partir daí que a vontade de mudar e a angustia de abalar se misturaram. As reuniões com a aldeia foram suspensas, por causa das angustias propagadas, e reservadas à duas pessoas, o presidente actual e o ex. presidente da junta, que serviam de intermediários e filtravam as informações. Apesar do acompanhamento psicológico, que se tornou particularmente importante na altura do transladado do cemitério (em Junho 2002), mudar assustou muito a população. A entrega das chaves da casa nova foi feita em troca das chaves da casa velha. A EDIA, numa preocupação de “troca e de participação”, mas também com receio de assistir ao regresso definitivo das pessoas à aldeia velha, fez com que não fosse possível mudar de ideias. Entregou as casas da aldeia velha aos obreiros que estavam a construir a aldeia nova, homens de nacionalidade estrangeira e mão de obra barata vindos das ex-colónias de Portugal como África e Goa, ou ainda dos novos pólos de emigração europeia como Ucrânia e Roménia.

O processo não se fez sem conflito nenhum. Durante esses anos todos de preparação, de mudança e de reinstalação, o ambiente foi tenso e muitas vezes difícil de viver. A EDIA era o alvo de todas as críticas. As reuniões com a populações levantavam preocupações e comentários, rebentavam às vezes em gritos ou lágrimas, desembocavam em angustia e doenças. Um cineasta filmou alguns desses momentos de encontros onde se via as pessoas contestar, exprimir as suas faltas de compreensão ou ainda encerrar-se num silêncio destruidor (Matos Silva, 2001). Até ao fim, esperava-se um gesto da Nossa Senhora da Luz, a Santa Padroeira da aldeia, ou que as obras parassem por falta de dinheiro, como já tinha acontecido. Juntos, assinaram uma petição que denunciava os erros na construção das casas, a má fé de alguns dos seus interlocutores ou as promessas não cumpridas. Também houve alturas em que o riso ou as piadas foram utilizados para superar a angustia. Em 2000, quando parte da aldeia nova foi desmontada por causa da má construção, as pessoas gostavam de dizer que agora tinham duas aldeias, a velha onde continuavam a viver, e a nova que iam alugar aos turistas. Do seu lado o Presidente da Junta, decepcionado pelo alinhamento demasiado perfeito das ruas novas e a semelhança das casas, inventou a piada do homem bêbedo que volta para casa a noite e bate às portas todas antes de saber reconhecer o seu próprio lar. Foi a maneira de rir de si e da situação, para superar as preocupações e aceitar a mudança. Uma espécie de “participação” que se operou na resiliência, para dizer as coisas de maneira diferente.

No entanto, houve muitos esforços feitos em termos de participação pública. Experiências e lições parecem ter sido assimiladas e, sem dúvida, a EDIA soube gerir bastante bem a situação. Com as reuniões, as pessoas conseguiram dizer o que queriam e o que não

---

<sup>7</sup> *A Capital*, 19/07/1996.

queriam. Não foi fácil mas o contexto de troca instaurada permitiu as conversas e acabou por dar resultados. Conseguiram casas com conforto moderno e completo, equipadas com esgotos, gás, água canalizada, electricidade, cabo televisivo e quintal para todos (o que não era o caso na aldeia velha). Na nova aldeia, não gostaram dos bancos da igreja, que então foram trocados, como também da forma das chaminés ou ainda do enquadramento das janelas, etc. A EDIA mudou o que era possível mudar. Procedeu à substituição de todas as instalações colectivas, modernizando-as (junta de freguesia, escola, centro de dia, praça de touros, campo de futebol, tanque, cemitério, duas igrejas) e acrescentou um polidesportivo, um museu, e um jardim público.

## Conclusão

O povo mudou de aldeia. Continua noutra sítio e já se pode notar algumas alterações nos modos de sociabilidade e nas relações com o espaço e as pessoas. Mas continua com os seus membros todos, sem dispersão, sem drama. A transladação do mortos e do cemitério, antes da mudança da povoação, ajudou, provavelmente, a criar condições para aceitar melhor o novo sítio : ao lado dos seus antepassados, foi possível reconstruir uma vida nova sem ruptura afectiva.

Também foi repensada a agricultura. Na terras da nova aldeia da Luz foram previstos campos de vinha regada, uma cultura que não existia naquele espaço mas que está a ser aceite pouco a pouco pelos agricultores, antes essencialmente produtores de gado. Também o olival está a ser regado, sob a iniciativa da EDIA que pagou as instalações e as redes de abastecimento. Por enquanto, as pessoas não pagam a água ; e ainda não se sabe qual será a sua capacidade financeira no futuro para manter a produção. Mas para os próximos três ou quatro anos o acompanhamento está garantido.

Enfim, o desenvolvimento turístico da região e, em particular das aldeias situadas ao pé da água, faz parte dum programa integrado para dinamizar e revalorizar a economia local. Espera-se muito daquela possibilidade de desenvolvimento sustentável e dos investidores ainda potenciais para regenerar a região e com ela o país. Já foram instaladas umas marinhas com cais, já se pode andar de barco na albufeira. Mais ainda faltam muitas estruturas de acolhimento ao turista, tais como hotéis, turismo de habitação e turismo rural. Também faltam as actividades para propor aos forasteiros, que dêem trabalho permanente aos mais jovens da região e permitam a sua fixação na terra. O Alentejo continua com poucas pessoas, não sabendo reter a sua juventude por falta de emprego, deixando-a fugir para as cidades e outros sítios mais atractivos do país. É provavelmente aqui que se coloca o maior desafio do Alqueva.

Em relação com processo global, há que lembrar uma certa aceitação prévia relativamente à mudança, por parte do país e, em particular, da região. Ao contrário do que se assiste no mundo em geral, não houve grandes contestações de fundo, nem sequer contestações de princípio. O grande projecto de remodelação do Alentejo foi aceite, talvez de uma forma exagerada optimista. A aldeia da Luz, por seu lado, não estava a favor, quer dizer, não queria mudar de sítio e deixar as suas casas. Mas também não manifestou grande resistência, apenas resistência de principio e de âmbito individual para salvar os seus bens privados. Nunca houve associação de defesa da aldeia velha, ou forma colectiva de resistir para conseguir mais condições ou mais empregos no futuro, por exemplo. O povo aceitou a mudança “para o bem da região” e adoptou o qualitativo de “sacrificados do Alentejo” dado pelo Presidente da República. À escala nacional, também não houve contestação de ordem política que reconsiderasse o projecto no seu conjunto, nem qualquer organização colectiva de contestação.

Quase 80 anos foram necessários para que chegasse ao Alentejo a barragem de Alqueva. Agora que está construída, ainda serão necessários uns 20 anos para que se conclua o sistema completo de rega. Já custou 632 milhões de euros e até terminar ainda estão previstos 1. 800 milhões ; também foi arrancado um milhão de árvores e ficaram submersos 25 000 hectares. Apostou-se no futuro numa região com imensos meios financeiros, esperando que se desenvolvessem os meios humanos e económicos. Se o desafio é grande ou talvez pouco razoável, o

futuro o dirá. Há que implementar uma política de participação pública aplicada, nos seus limites e ainda com certa dimensão experimental. Alqueva pode ser considerada como exemplo de concertação conseguida. Agora há que esperar os resultados de um verdadeiramente desenvolvimento sustentável para a região e, ainda mais importante, soluções de vida melhor para o seus habitantes.

## Bibliografia

BANDEIRA, Pedro, 2004, « Lux Aeterna », in J. Martínez Gil (coord.) *Una nueva cultura del agua para el Guadiana. Desde Ruidera a Ayamonte*, Fundación Nueva Cultura del Agua, Navarro & Navarro impresores, Zaragoza, pp. 361-364.

DAVEAU Suzanne, 1977, « Bases geográficas do problema da barragem de Alqueva. Achegas para a sua apresentação », *Finiterra*, vol XII-24, pp 342-350.

DRAIN Michel, 1996, « La Péninsule Ibérique », M. Drain (dir.) « Les conflits pour l'eau en Europe méditerranéenne », *Espace rural*, 36, Université Paul Valéry, Montpellier, pp. 19-47.

GUICHARD François, 2003, « Réflexions autour de deux conflits pour l'eau au Portugal : Alqueva et le Côa », in Michel Drain (dir.), *Politiques de l'eau en milieu méditerranéen. Le cas de la péninsule ibérique*, Collection de la Casa de Velázquez n°82, Madrid, pp. 237-249.

MARTINEZ GIL Javier, 2004, « Epílogo », in J. Martínez Gil (coord.), *Una nueva cultura del agua para el Guadiana. Desde Ruidera a Ayamonte*, Fundación Nueva Cultura del Agua, Navarro & Navarro impresores, Zaragoza, pp. 491-499.

MATOS SILVA, Fernando, 2001, *Luz submersa*, 83<sup>o</sup>.

SARAIVA, Clara, 2003, « Aldeia da Luz : entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças », *Etnográfica*, vol.VII (1), 2003, pp. 105-130.

VERGÈS Josep C., 2004, « La cría del elefante blanco europeo en el Guadiana », in J. Martínez Gil (coord.) *Una nueva cultura del agua para el Guadiana. Desde Ruidera a Ayamonte*, Fundación Nueva Cultura del Agua, Navarro & Navarro impresores, Zaragoza, pp. 335-348.

WATEAU, Fabienne, 1999, « Barrages, Identités et Frontières. Des barrages sur rivières frontalières (Sela et Alqueva) », in J. Pujadas, E. Martín, J. Pais de Brito (Coords.) « *Globalización, Fronteras culturales y políticas y Ciudadanía* », Actas del VIII Congreso de Antropología, 20-24 sept. 1999, Santiago de Compostela, pp. 229-244.

WATEAU Fabienne, 2003, « Ceux qui avaient le plus ont le moins et ceux qui avaient le moins ont le plus. Barrage et qualité de vie au Portugal », *Revue de l'économie méridionale*, vol.51 n°201-202, Montpellier, pp. 269-275

WATEAU, Fabienne, 2004, « Participation et construction de barrage à Alqueva (Portugal). Quelles méthodes, quels moyens ? », *Cybergéó* <http://www.cybergeopresse.fr>.